

# O País já está perdendo a paciência

POR CELSO MING

A sociedade brasileira está alcançando o limite máximo de tolerância à inflação. As pessoas já começam a ficar impacientes; a briga cotidiana para empurrar para frente ou para o outro a conta dessa inflação aí está-se acirrando. E isso, decididamente, não é bom nem para a economia nem para a nossa ainda frágil democracia.

O ministro Mailson da Nóbrega ainda parece convencido de que não há nada de substancial a fazer além de atrasar o reajuste de algumas tarifas, reajustar algumas outras, abaixo da inflação, antecipar recolhimento de impostos e esperar. O risco é o de que o País não agüente essa espera por muito mais tempo.

Além da deterioração meramente técnica da economia já se vê que a sociedade está-se impacientando porque não sente firmeza no governo. Essa sensação de desamparo e, portanto, os elementos psicológicos desencadeados pela inflação podem apressar a desestabilização.

O ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, parece mais convencido disso e de que não dá mais para simplesmente esperar sentado o recuo natural dos índices oficiais. Ele já está pedindo cortes mais rentes no déficit do setor público, que não poupem nem mesmo investimentos. Mas não parece suficientemente ouvido.

É muito significativo que as principais tendências do pensamento econômico brasileiro estejam hoje apontando para a mesma direção. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, por exemplo, está sugerindo a adoção de redutores nos salários, preços e correção monetária. Mas é o primeiro a reconhecer que sem um prévio e eficiente contra-ataque ao déficit esse esquema tem pouca chance de sucesso.

O ex-ministro Antônio Delfim Netto é partidário de um amplo entendimento social em que cada um dos segmentos assumam uma parcela da conta a pagar. Mas faz a ressalva de que isso só vai dar certo se o governo fizer a sua parte: se derrubar o déficit.

Os economistas Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Beluzzo, ambos líderes do pensamento econômico da antiga oposição, entendem que um novo choque heterodoxo, sem os erros do Plano Cruzado, seja a saída necessária para a crise. E evitar os erros do Plano Cruzado, para eles, significa não só fugir da perpetuação do congelamento de preços e das taxas negativas de juros mas sanear as finanças do setor público, ou seja, baixar o déficit a um nível que possa ser financiado.

E assim, desembocamos unidos nas mesmas conclusões técnicas.

Ocorre que o combate ao déficit e o contra-ataque à inflação deixaram há muito de ser apenas objetivos técnicos. Eles exigem um governo que inspire confiança e tenha a credibilidade necessária para liderar um programa de emergência.

E assim, outra vez, esbarramos com as condicionantes políticas de um programa antiinflacionário. E se a essas condicionantes macropolíticas juntarmos o varejo diário de um governo interessado em ganhar eleições, completa-se o quadro de impasse.

O presidente Sarney parece não ter entendido ainda que o País, mal ou bem, vai encontrar uma saída. Mas a falta de determinação do seu governo no ataque ao déficit pode custar-lhe politicamente mais do que ele hoje está disposto a admitir.